Ata da 22ª Reunião Ordinária do Grupo de Monitoramento Permanente (GMP) da Resolução CONAMA Nº 362/2005

Data: 24/03/2011 Horário: 09:00h às 17:00h

Local: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA – Instituto Evaldo Lodi.

Presentes:

MMA: Sra. Zilda Veloso (Coordenação) e Sr. Edmilson Rodrigues da Costa

ABEMA: Sra. Carmem Níquel

ANAMMA: Sra. Celma Alves dos Anjos e Sra. Kátia Perobelli

APROMAC: Sra. Zuleica Nycz, Sr. Hassan Sohn

IBAMA: Sr. Gilberto Werneck de Capistrano Filho, Sra. Renata Campos Aranha

SINDICOM: Sr. Eduardo Freitas da Silva

SINDILUB: Sr. Ruy Ricci

SINDIRREFINO: Sr. Luiz Carlos Trecenti, Sr. Nilton Torres de Bastos, Sr. Walter Françolin, Sr.

José Alberto Rodrigues Santos

Convidados: Ausências:

SINDIREPA – Antônio Gaspar de Oliveira. Ministério das Cidades, SIMEPETRO

Justificadas: MME e ANP

1Pauta (versão atualizada)

1718

19

2	1	Informes Gerais
3		Aprovação da Ata da 21ª RO
4	2	A Resolução CONAMA Nº 362/2005
5 6		2.1. A questão da gratuidade do serviço de troca de OLUCs pelo revendedor salientada no texto do Guia de Gerenciamento de Óleo Lubrificante.
7		2.2. Visão da Coordenação sobre a Implementação da CONAMA Nº 362/05.
8		2.3. Nova Estruturação do Programa das Mini-Oficinas de Capacitação.
9 10		2.4. As perspectivas da CONAMA Nº 362/2005 com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
11 12		2.5. Complementação das ações de planejamento com estruturação da abordagem junto aos demais agentes do setor de óleo lubrificante.
13 14		2.6. Desenvolvimento de método de avaliação e análise da eficácia das mini-oficinas, fechando o ciclo de PDCA.
15	3	Mini-oficina sobre a Resolução Conama Nº 362/2005 – Dia 25/03/2011
16		3.1. Distribuição de tarefas entre as entidades-membros

4 A Programação das Atividades do GMP para 2011

5 Outros Assuntos

20Desenvolvimento dos Trabalhos:

- Iniciou-se a reunião às 09h20 da manhã com a apresentação da pauta do dia. Foi 22 proposta pelo Sr. Hassan e Sr. Ruy a retirada de pauta do item 2.1, pois a discussão já havia sido 23 pacificada. O Sr. Edmilson solicitou a retirada de pauta dos itens 2.2 e 2.3, pois com a apresentação 24 na 2ª Reunião Extraordinária dos novos formatos das apresentações das mini-oficinas, estes pontos 25 já foram pacificados. Proposta de inversão de pauta pela Sras. Carmen e Zuleica: item 2.5 passou 26 para o item 2.1; item 2.4 para o item 2.2; item 2.6 para item 2.3. Aprovada a proposta de inversão 27 de pauta, seguiu-se a leitura e aprovação da Ata da 21º Reunião Ordinária. Foi informado pelo Sr. 28 Edmilson que as atas das reuniões anteriores foram corrigidas ortograficamente e formatadas pelos 29 representantes Fernando (IBAMA) e Deivson (MME), e posteriormente conferidas pelos Sr. 30 Edmilson e Sra. Sabrina, ambos do MMA.
- 31 A ANP solicitou, por meio de e-mail, que a falta de representantes na presente reunião 32 não constasse como faltas permanentes, por motivo da publicação do Decreto nº 7.446/2011, que 33 restringe os gastos públicos com diárias e passagens. O Sr. Edmilson informou que não existe falta 34 justificada no regimento do GMP, e esta seria uma exceção. O Sr. Hassan solicitou maiores 35 explicações sobre as consequências da publicação deste Decreto nas futuras reuniões do GMP. A 36Sra. Coordenadora Zilda explicou que ainda é muito cedo para afirmar quais serão os impactos, mas 37 eles ocorrerão, devido ao contingenciamento imposto aos ministérios. O Sr. Edmilson disse ainda 38 que o Sr Deivdson havia informado que até outubro não haverá recursos para envio de 39 representantes do MME e da ANP às reuniões. A Sra. Coordenadora solicitou que tal informação 40 fosse formalizada à coordenação, por escrito. O Sr. Walter informou que o Sindirrefino e a 41 Federação das Indústrias de São Paulo enviaram dois ofícios à ANP e ao MME, apresentando a 42 importância do envio de dois representantes das entidades para a participação da mini-oficina 43 programada para o dia 25/03. Ficou decidido que o GMP enviará oficios para aquelas duas 44 entidades, informando-as da aceitação do pedido de falta justificada e reforçando a importância da 45 participação dos representantes das mesmas, nas futuras reuniões e mini-oficinas.
- Passou-se aos Informes Gerais. A Sra. Zilda comentou sobre a implementação da 47Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS. Foram informadas as ações do MMA e vinculadas, 48 que criaram um Grupo Interno de Assessoramento da implementação da PNRS para acompanhar os 49trabalhos dos dois comitês criados pelo Decreto 7.404/10, que são o Comitê Interministerial e o 50Comitê Orientador da Logística Reversa. Este Grupo Interno tem a função de criar um ambiente de

51 discussão e elaboração de pautas e documentos relacionados à PNRS entre o MMA e vinculadas. 52 Foi informado ainda sobre os grupos de trabalho criados pelos dois comitês e sobre a intenção do 53 governo em realizar a Conferência Nacional de Meio Ambiente com o tema da PNRS, aproveitando 54 a oportunidade para referendar publicamente o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

55 Posto isso, iniciou-se a discussão sobre as perspectivas da Resolução CONAMA Nº 56362/05 frente à implementação da PNRS. A Sra. Zilda informou que acredita que as Resoluções 57CONAMA, que têm interface com o tema da logística reversa, passariam por uma revisão, 58 mudando o escopo para apresentar um detalhamento técnico nas formas de gerenciamento dos 59resíduos. O Sr. José Alberto solicitou que o MMA disponibilize a apresentação padrão da PNRS no 60site institucional do MMA, bem como as perguntas frequentes sobre a PNRS. O Sr. Ruy solicitou 61 mais informações sobre o que haveria acontecido pela exclusão dos filtros lubrificantes usados da 62 logística reversa. A Sra. Zilda esclareceu que a logística reversa começará pela publicação dos 63 editais, sendo na sequência apresentadas as minutas de acordo setorial. As cadeias produtivas 64 devem apresentar suas propostas contendo eventuais adições de outros resíduos, lembrando que a 65Lei da PNRS cita, em seu artigo 33, inciso IV - "óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, 66 onde os filtros estão incluídos". A Sra. Celma comentou sobre a preocupação da ANAMMA sobre a 67 possibilidade de se alterar os sistemas já implantados de gerenciamento de resíduos previsto nas 68 Resoluções CONAMA, perdendo-se todos os trabalhos já realizados até então pelos municípios. A 69 Sra. Zuleica comentou sobre as muitas dúvidas de interpretação e entendimento da Lei e do Decreto 70 que estão surgindo, e perguntou sobre onde o gerenciamento de lodos de esgoto, por exemplo, 71 previsto na Resolução CONAMA Nº 380/06, estaria inserido na PNRS. A Sra. Zilda explicou que 72 alguns resíduos estão expressos diretamente no texto da PNRS, outros não. Existe a exigência de se 73 realizar a logística reversa em determinados produtos, como é o caso dos óleos lubrificantes, seus 74resíduos e embalagens. Existe um campo em comum para todos os resíduos, que seriam os Planos 75 de Gerenciamento, cuja exigência agora foi expressa na Lei. A Sra. Carmen informou sobre a 76 situação vivenciada pelo órgão estadual ambiental do Rio Grande do Sul, que logo após a 77 publicação da PNRS foi questionado pelo Ministério Público solicitando a posição oficial daquele 78 governo estadual sobre as ações previstas para o gerenciamento dos resíduos frente à nova 79 legislação nacional. A discussão foi finalizada pela coordenadora, que informou sobre a 80 possibilidade de servir como canal de comunicação e informação entre o GMP e o grupo interno de 81 discussão do MMA e vinculadas.

83 representação do Ministério das Cidades no GMP. O MMA está trabalhando para que o MCidades 84 realize a indicação de representante com a maior brevidade possível.

Outro informe foi sobre a divulgação dos trabalhos do GMP nas rádios vinculadas a 86EBC.

87 O Sr. Hassan citou o estudo sobre a eficácia da implementação da Resolução CONAMA 88Nº 362/05, com pesquisa realizada pela APROMAC, que já havia sido apresentado na última 89 reunião. O estudo foi conduzido na cidade de Curitiba e teve como foco as informações prestadas 90aos consumidores nos rótulos e nas instalações dos pontos de venda. Ele chamou os representantes 91à reflexão, pois os resultados apurados foram considerados insatisfatórios. O Sr. Ruy comentou 92 sobre a falta de fiscalização do setor pela ANP devido à ausência de um instrumento legal que 93 regulamente a atividade de revenda atacadista de óleos lubrificantes. Não há um instrumento que 94 condicione a venda com a apresentação das informações previstas na Resolução. O Sr. Eduardo 95 Freitas comentou que a Portaria Nº 10 da ANP está em processo de revisão e regulamenta o registro 96dos óleos lubrificantes, cabendo àquela agência a responsabilidade pela fiscalização, uma vez que 97 neste registro estão incluídos os itens constantes nos rótulos. De forma sucinta, foram explicados os 98 passos da aprovação e da amostragem dos rótulos, no mercado. O Sr. Eduardo, após questionado 99 pelo Sr. Hassan, informou que o estudo foi encaminhado à área jurídica do SINDICOM para 100 análise, sendo que quando for concluído o parecer jurídico será apresentado. O Sr. Ruy entregou 101 formalmente ao Sr. Hassan a cópia dos documentos protocolados junto à ANP contendo a 102 solicitação de regulamentação da atividade de revenda atacadista e alertando sobre a venda no 103 varejo de lubrificantes fracionados de forma irregular, em tambores. A Sra. Celma informou que a 104AMMA Goiânia vem realizando um trabalho junto com a Associação Goiana de Supermercados -105 AGOS, da região, sobre o encaminhamento dos óleos lubrificantes usados coletados nas trocas para 106atendimento da resolução. A Sra. Zilda propôs o envio à ANP de solicitação de informações sobre 107 os resultados do programa de monitoramento da qualidade do óleo lubrificante, no tocante ao 108 conteúdo do rótulo previsto na Portaria nº. 10, para que os resultados sejam apresentados ao GMP, e 109 abriu a possibilidade de se contatar outros agentes da cadeia de comercialização de óleos 110 lubrificantes, como a ABRAS, para solicitar mais informações.

Seguiu-se a apresentação pela Sra. Carmem de proposta de planejamento do GMP, 112 elaborado pelo subgrupo designado na reunião anterior, para o período de 2011/2012. Foi 113 comentado inicialmente que no desenvolvimento de busca de informações para a elaboração da

114 palestra para a mini oficina do dia seguinte, considerando a ausência prevista da ANP em função do 115 Decreto que reduziu os recursos financeiros de todos os setores do governo, foram encontradas 116 algumas dificuldades no acesso às informações importantes da ANP, em seu site institucional. Estas 117 dificuldades serão comunicadas à ANP com o objetivo de facilitar a fiscalização dos órgãos 118 ambientais, com relação às atividades ligadas aos OLUCs.

Após a apresentação da proposta de planejamento e realização dos debates, a mesma foi 120 aprovada. Dentro do planejamento de reuniões a serem realizadas, foram elencadas as cidades nas 121 quais deverão ocorrer as mini-oficinas, resultando a seguinte tabela:

Reunião	Data	Cidade	Estado
23ª Reunião	13 e 14 de junho de 2011	Curitiba	Paraná
Ordinária			
24ª Reunião	12 e 13 de setembro de 2011	Campo Grande	Mato Grosso do
Ordinária			Sul
25ª Reunião	21 e 22 de novembro de 2011	Belo Horizonte	Minas Gerais
Ordinária			
26ª Reunião	05, 06 e 07 de março de 2012	São Luis/Macapá	Maranhão/Amapá
Ordinária			
27ª Reunião	11 e 12 de julho de 2012	Interior de São Paulo	São Paulo
Ordinária			
28ª Reunião	10 e 11 de setembro de 2012	Palmas	Tocantins
Ordinária			
29 ^a Reunião	26 e 27 de novembro de 2012	Porto Alegre	Rio Grande do Sul
Ordinária			

- O Sr. Walter informou que está acontecendo um desvio muito grande de OLUCs na 123 Região Sudeste (cerca de 3 milhões de litros/mês). Com esta justificativa, sugeriu-se que as cidades 124 desta região fossem escolhidas para a realização das reuniões do GMP e mini-oficinas, incluídas as 125 reuniões com os setores envolvidos.
- O documento aprovado do planejamento encontra-se anexo a esta Ata de Reunião.
- Prosseguindo a pauta, a Sra. Zuleica explicou a importância da continuidade da 128 realização das avaliações das mini-oficinas, como uma forma de verificar a eficácia das 129 informações passadas aos interessados. A Sra. Celma lembrou que esta metodologia já foi aplicada 130 nas quatro oficinas regionais, mas foi descontinuada. O Sr. José Alberto reforçou a importância de 131 se continuar com algum método de avaliação das mini-oficinas, mas focado na avaliação do que foi 132 incorporado aos conhecimentos dos participantes. O Sr. Edmilson resgatou a memória de algumas 133 oficinas passadas, onde o público, como base no planejamento das mesmas, era mais homogêneo do

134 que das atuais mini-oficinas, nas quais tem sido buscada a participação de outros atores, além dos 135 técnicos dos órgãos ambientais. Ficou decidido que uma ficha de avaliação será disponibilizada aos 136 participantes para a mini-oficina do dia 25/03. As representantes da ANAMMA e da ABEMA 137 ficaram de elaborar para a oficina do dia seguinte.

Para a próxima reunião, o MMA e o IBAMA trarão informações sobre o cumprimento 139 das metas do ano passado e avaliação das operações de importação de óleos lubrificantes, básico e 140 acabado, objetivando contribuir para a avaliação do GMP e verificação quanto ao cumprimento da 141 Resolução. Sem mais para discutir, finalizou-se a reunião às 17h50.

Proposta de Planejamento para o período de 2011/2012

142143144

1. Reuniões Ordinárias com Mini-Oficinas e Reuniões Setoriais de Capacitação na Interpretação da Resolução Conama nº 362/2005:

145146147

08 Reuniões Ordinárias em 08 Estados, sendo 04 por ano.

148

As ROs serão seguidas de oficinas regionais de capacitação e poderão ser 150antecedidas pela realização de reuniões do GMP com os diversos setores envolvidos, dentre os 151quais os que seguem:

152

Setor Público = representantes das diretorias administrativas dos setores públicos 154com foco nas **áreas de gerenciamento de frotas públicas, de compras e de educação** do estado. 155Critério de escolha: maior representatividade desta área no estado, maior facilidade de mobilização, 156entre outros.

157

Setor de Transportes = representantes dos **agentes de transportes de cargas, de** 159**passageiros, terrestres, marítimos e fluviais** do estado. Buscar parceria da CNT, SEP e outros.

160

Setor de Fabricantes de Veículos = representantes dos **fabricantes de** 162**veículos, caminhões e motos e de empresas de reparação automotiva**. Buscar parceria com 163ANFAVEA, ABRACICLO, entre outros.

164165

Setor de Varejo = representantes da ABRAS e Associações Estaduais.

166167

Setor de Serviços = representantes **SINDIPOSTOS**, **SINDIREPA** e **FENABRAVE**.

168169

Setor de Formação = SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, CEFETs, IFETs.

170171

Reuniões Ordinárias 2011

	Cidade	Data	Setores
23 ^a	Curitiba – PR	13, 14 e 15 de junho	Cimenteiras, Setor Público
24 ^a	Campo Grande – MS	12, 13 e 14 de setembro	Agronegócio
25 ^a	Belo Horizonte – MG	21, 22 e 23 de novembro	Siderurgia, mineração,
			cimenteiras e fundições

Reuniões Ordinárias 2012

	Cidade	Data	Setores			
26 ^a	São Luiz e Macapá	05, 06 e 07 de março				
27 ^a	Interior de SP	11 e 12 de junho				
28 ^a	Palmas –TO	10 e 11 de setembro				
29 ^a	Porto Alegre – RS	26 27 de				
		novembro				

2. Reuniões Extraordinárias:

04 Reuniões Extraordinárias (02 em 2011 e 02 em 2012)

179 Revisão e divulgação das diretrizes para o licenciamento da cadeia ligada aos OLUCs

Revisão: Final de 2011 (ABEMA, APROMAC E ANP)

182 Divulgação: 2012

1 Participação de representante do GMP em seminários ou outros eventos ligados ao tema ou à gestão ambiental e à proteção do meio ambiente.

- 1. Participação da representante da ABEMA e ANAMMA nas reuniões das respectivas associações.
- 2. Estabelecer contato para divulgação da Resolução e dos trabalhos do GMP junto à CNM.

3. Elaborar diretrizes para facilitar a organização de ação conjunta de fiscalização OEMA –
ANP, conforme convênio nº 014/2008-ANP 005.435, de 02 de setembro de 2008.

4. Fomentar a realização, pelo representante da ABEMA, de 02 ações conjuntas, OEMA e ANP, conforme convênio 014/2008-ANP 005.435, de 02 de setembro de 2008.

IMPORTANTE: Em todas as reuniões setoriais nos estados escolhidos, chamar obrigatoriamente, 198os representantes nacionais dos setores pautados, que deverão se deslocar com recursos próprios.